

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.
RUA 104, nº 454, COND ED. JORGE FELIX NAJAR, SALA 03, MEZANINO, SETOR SUL
GOIÂNIA - GO, CEP: 74.083-300
CNPJ/MF 19.698.987/0001-98 / NIRE 52.3.0004675-1

Ata da 68ª Reunião do Conselho de Administração

Ata da 68ª Reunião do Conselho de Administração da Sociedade Lago Azul Transmissão S.A, convocada na forma da Lei nº 6.404, de 15.12.1976 e no estatuto Social, de 09/12/2013 e reforma estatutária aprovada na 14ª AGE de 15/12/2022.

- 1. DATA, HORA e LOCAL** – 15 de agosto de 2024, às 10:00 horas, através da plataforma digital Microsoft Teams.
- 2. PRESENÇA** – Claudia Menezes Fernandes de Oliveira, Presidente do Conselho de Administração e Christiane Mundim Nogueira representantes da Eletrobras Centrais Elétricas S.A, Vanderley de Jesus Silva e Daniel Vinícios Nunes Vieira, representante da CELGPAR. Participaram ainda da reunião, como convidados, o diretor Antonio Dirceu Guimarães Machado, a diretora Joicymar Oliveira Lopes Vieira, os assistentes, Cleucia Fernandes, Renan Telles, Manoella Mariz, Gunther Craesmeyer, Reila Xavier e Mariana Lima, o contador da Credibile Soluções Contábeis, Sr. Edson da Silva, os Srs. Fernando Machado e Fernando Boera, por parte da Taticca Auditores Independentes S.S e o Sr. Paulo Renato da Paro Ambiental.
- 3. COMPOSIÇÃO DA MESA** - Presidente: Claudia Menezes Fernandes de Oliveira; e Secretário: Daniel Vinícios Nunes Vieira, escolhidos por unanimidade.
- 4. ORDEM DO DIA** – (1) Apreciação, em seu nível de competência das DFs do 2º Trimestre de 2024. (2) Aprovação da Política de Gestão de Riscos em atendimento ao Programa de Compliance Público do estado de Goiás. (3) Outros assuntos.
- 5. DELIBERAÇÕES** – (1) A Presidente da mesa Sr. Claudia Menezes, fez a abertura da reunião e em seguida passou a palavra para a Diretora Presidente e Administrativa Financeira Joicymar Vieira iniciar a apresentação sobre as Demonstrações Financeiras. O Auditor Fernando Machado apresentou suas considerações sobre as Demonstrações Financeiras e relatório de auditoria. Todos os questionamentos sobre as Demonstrações Financeiras foram esclarecidos pelos Diretores, Auditoria e Contadoria. Posto isso os Conselheiros, por unanimidade de votos, aprovaram as Demonstrações Financeiras acompanhadas do respectivo relatório de auditoria emitido em 26/07/2024, sem ressalvas pelos auditores independentes, TATICCA AUDITORES INDEPENDENTES S.S, nos termos do artigo 33 do Estatuto Social e do inciso VI do artigo 163 da Lei 6404/76 e alterações posteriores; (2) Após apreciação, explicações e alinhamentos, a política de gestão de riscos

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.
RUA 104, nº 454, COND ED. JORGE FELIX NAJAR, SALA 03, MEZANINO, SETOR SUL
GOIÂNIA - GO, CEP: 74.083-300
CNPJ/MF 19.698.987/0001-98 / NIRE 52.3.0004675-1

foi aprovada; **(3)** Em outros assuntos: **(a)** Foi apresentado pela Diretoria de Engenharia e Operação da Lago Azul o resultado da Audiência de Autocomposição realizada em 12 de agosto de 2024 na SEMAD, na qual se concluiu que a Lago Azul não deveria aceitar o pagamento do valor da multa apresentado pela facilitadora da SEMAD, no montante de R\$ 33.241,90, e optar pela apresentação de defesa administrativa no sentido de se obter a anulação do auto de infração. Foi ponderado pelo Diretor de Engenharia e Operação, Engº Dirceu que o formato de defesa que estava sendo encaminhado internamente na LAZ previa a contratação de especialista em direito ambiental, com apoio técnico da Paro Ambiental, do corpo técnico-jurídico da CELGPAR e das áreas técnica e jurídica da LAZ. A Diretora Joicymar, mencionou que desde a audiência de autocomposição estão sendo realizados alinhamentos internos para a preparação da melhor defesa possível. A diretoria ponderou que, não obstante os indícios de falhas processuais, o que enseja um acompanhamento jurídico de cunho administrativo e ambiental mais específico, a revisão de ofício por parte da SEMAD, excluindo 4 “Não Conformidades”, ou seja, o valor do Auto de Infração reduziu de R\$ 603.000,00 para R\$ 81.000,00, e, o fato de a Consultoria contratada para os serviços ambientais ter muita segurança de que houve o atendimento às condicionantes, e ainda, que das duas, uma seria específica para Subestação e não para Linha de Transmissão, a diretora teria dúvida se o melhor momento para a contratação de jurídico especializado seria no âmbito do processo administrativo ou, caso necessário, no processo judicial. O Conselheiro Daniel ponderou que em decorrência do valor do auto de infração a decisão sobre a contratação de um escritório especializado é de competência exclusiva da Diretoria da LAZ. Quanto ao objeto do auto de infração, esclareceu que a defesa gira em torno de matérias essencialmente técnicas e de natureza processual. Com isso, o conselheiro entende que o formato ideal para a produção da defesa passa pelo desenvolvimento de um trabalho conjunto entre CELGPAR (técnico e jurídico), ELETROBRAS (técnico e jurídico), PARO (técnico) e LAZ (técnico e jurídico), considerando inclusive o prazo para a defesa (20 dias) e as burocracias para contratação de especialista. Complementou ainda, a título de colaboração e não de deliberação, que no seu entendimento a matéria em si não apresenta singularidade suficiente para justificar a inexigibilidade de licitação, podendo, entretanto, ser contratado um especialista via dispensa de licitação, desde que o valor seja razoável diante do valor da penalidade, contudo a decisão deve ser tomada exclusivamente pela diretoria da LAZ. Após manifestação dos diretores da LAZ, da PARO e dos Conselheiros representantes da ELETROBRAS e CELGPAR, opinou-se pela produção da defesa em trabalho conjunto entre CELGPAR, ELETROBRAS, PARO e LAZ. O Conselheiro Daniel colocou-se à disposição para conduzir os trabalhos jurídicos no âmbito

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.
RUA 104, nº 454, COND ED. JORGE FELIX NAJAR, SALA 03, MEZANINO, SETOR SUL
GOIÂNIA - GO, CEP: 74.083-300
CNPJ/MF 19.698.987/0001-98 / NIRE 52.3.0004675-1

da CELGPAR e a Conselheira Christiane, solicitou que toda documentação relativa ao processo fosse disponibilizada para a ELETROBRAS, de forma a permitir o envolvimento da suas áreas jurídica e ambiental. A PARO comprometeu-se a disponibilizar um link para acesso, pela ELETROBRAS, a toda documentação. O auditor Fernando Machado solicitou que a área jurídica da LAZ emita uma carta contendo um breve relato quanto ao andamento da contigência afim de avaliar se não há algum efeito financeiro que deva constar no balanço. **(b)** Considerando a relevância do tema ambiental, o Conselho de Administração orientou a formalização de um Comitê Permanente de Gestão Ambiental, com a participação da Lago Azul, da CELGPAR e da ELETROBRAS. Pela CELGPAR são indicados o Dr. Daniel Vinícios Nunes Vieira, Conselheiro de Administração, e a Sr^a Natália de Oliveira Camargo, da Gerência de Operação e Manutenção, pela LAZ são indicados o Dr. Renan Telles e o Sr. Günther Benedict Craesmeyer e pela ELETROBRAS é indicado o Dr. André Moreira de Araújo.

- 6. ENCERRAMENTO** – nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura desta Ata que, lida e achada conforme, segue assinada pelos componentes da Mesa e Conselheiros presentes, sendo remetida para assinatura dos conselheiros que participaram através de vídeo conferência. Esta ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio.

Conselho de Administração:

Claudia Menezes Fernandes de Oliveira
Presidente da mesa e do Conselho de Administração

Daniel Vinícios Nunes Vieira
Secretário e Conselheiro de Administração

Christiane Mundim Nogueira
Conselheira de Administração

Vanderley de Jesus Silva
Conselheiro de Administração

POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS

Dispõe sobre a Gestão de Riscos da Lago Azul
Transmissão S/A.

Joicymar Oliveira Lopes Vieira
Diretora Presidente e Administrativa-Financeira

Antônio Dirceu Guimaraes Machado
Diretor de Engenharia e Operação

APROVAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Claudia Menezes Fernandes de Oliveira
Conselheira de Administração e Presidente

Christiane Mundim Nogueira
Conselheira de Administração

Vanderley Silva de Jesus
Conselheiro de Administração

Daniel Vinicios Nunes Vieira
Conselheiro de Administração

VIGÊNCIA:

2 (dois) anos da data de sua aprovação e publicação
ou a qualquer momento, quando identificadas
necessidades de atualizações, melhorias ou lacunas no
atendimento aos requisitos legais, regulamentares
e/ou estatutários

POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

Esta Política de Gestão de Riscos é adotada pela Lago Azul Transmissão S.A. para assegurar que a gestão de riscos seja conduzida com transparência, responsabilidade e equidade, mantendo a confiança dos investidores, dos órgãos reguladores e do público em geral.

Dispõe sobre a Política de Gestão de Riscos da Lago Azul Transmissão e dá outras providências.

O Conselho de Administração da LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A, no uso de suas atribuições que lhes conferem as alíneas l e s do Parágrafo 3º, do art. 33 do Estatuto Social da Companhia, e

Considerando o Programa de *Compliance* Público por meio da implantação da gestão de riscos corporativos, com base nas boas práticas de governança corporativa, o qual é gerido pela Controladoria-Geral do Estado de Goiás - CGE;

Considerando os modelos de boas práticas gerenciais em Gestão de Riscos e Controle Interno a serem adotados no âmbito da administração pública do Estado de Goiás, estabelecidos no art. 8º do Decreto nº 9.406/2019, em busca de se evoluir em maturidade da prática;

Considerando a Norma ABNT NBR IEC (ISO) 31010:2021 que fornece orientações sobre a seleção e aplicação de técnicas para o processo de avaliação de riscos em uma ampla gama de situações;

Considerando a Norma ABNT ISO 37.301/2021 - Sistema de Gestão de Compliance; e

Considerando, ainda, a iniciativa estratégica de implantação do Eixo IV do Programa de Compliance Público, que trata da Gestão de Riscos nos entes da administração direta e indireta do poder executivo do Estado de Goiás, instituído pelo Decreto Estadual nº 9.406/19, RESOLVE:

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Instituir a Política de Gestão de Riscos no âmbito da Lago Azul Transmissão que compreende:

- I - o objetivo;
- II - os princípios;
- III - as diretrizes;
- IV - as responsabilidades;
- V - o processo de gestão de riscos.

Art. 2º A Política de Gestão de Riscos tem como premissa básica o alinhamento ao Planejamento Estratégico da Lago Azul Transmissão bem como aos seus objetivos estratégicos, com vistas a garantir os valores fundamentais da organização em consonância com a Cadeia de Valores devidamente definida.

DO OBJETIVO

Art. 3º A Política de Gestão de Riscos tem por objetivo estabelecer os princípios, as diretrizes, as responsabilidades e o processo de gestão de riscos na Lago Azul Transmissão, com vistas à análise de riscos no processo de tomada de decisão, em conformidade com as boas práticas de governança adotadas no setor público.

Parágrafo único. A Política definida deverá ser observada por todas as áreas e níveis de atuação na Lago Azul Transmissão, sendo aplicável a seus respectivos processos de trabalho, projetos, atividades e ações.

Art. 4º A Política de Gestão de Riscos promoverá:

- I - a identificação de eventos em potencial que afetem a consecução dos objetivos institucionais;
- II - o alinhamento do apetite ao risco com as estratégias adotadas;
- III - o fortalecimento das decisões em resposta aos riscos;
- IV - o aprimoramento dos controles internos administrativos;
- V - a integração da gestão de riscos aos objetivos e processos organizacionais;
- VI - a tomada de decisões baseada em riscos.

DOS PRINCÍPIOS DE GESTÃO DE RISCOS

Art. 5º A gestão de riscos observará os seguintes princípios, na sua busca por criação e proteção de valor:

- I - ser parte integrante de todas as atividades organizacionais;
- II - ser estruturada e abrangente;
- III - ser personalizada e proporcional aos contextos interno e externo da organização;
- IV - ser inclusiva;
- V - ser baseada nas melhores informações disponíveis;
- VI - considerar fatores humanos e culturais;
- VII - ser dinâmica, iterativa e capaz de reagir a mudanças;
- VIII - garantir a manutenção dos valores da organização;
- IX - favorecer a melhoria contínua na organização.

DAS DIRETRIZES DE GESTÃO DE RISCOS

Art. 6º Para fins desta Política considera-se:

I - **Apetite a risco** – quantidade e tipo de riscos que uma organização está disposta a aceitar na busca para atingir seus objetivos estratégicos e operacionais;

II - **Atitude perante o risco** – abordagem da organização para analisar e avaliar o risco e, com isso, decidir reduzir, evitar, compartilhar, aceitar ou potencializar;

III - **Auditoria Baseada em Riscos (ABR)**: atividade utilizadora de metodologia que associa a auditoria interna ao arcabouço global das práticas adotadas para a consecução da gestão de riscos em uma organização, possibilitando que a mesma dê razoável garantia à alta gestão dos órgãos e das entidades de que os riscos estão sendo gerenciados de maneira eficaz em relação ao apetite por riscos;

IV - **Aversão ao risco** – atitude de afastar-se de riscos;

V - **Consequência** – resultado de um evento que afeta os objetivos da unidade ou mesmo da organização, após materialização do risco;

VI - **Controle** – medida que visa mitigar ou reduzir o nível do risco;

VII - **Crítérios de risco** – termos de referência para avaliar a significância do risco e para apoiar os processos de tomada de decisão;

VIII - **Estrutura de gestão de riscos** – conjunto de elementos que fornecem os fundamentos e disposições organizacionais para, metodologicamente, conceber, implementar, monitorar, rever e melhorar continuamente a gestão do risco em toda a organização;

IX - **Evento** – ocorrência ou alteração em um conjunto específico de circunstâncias;

X - **Fonte de risco** – elemento que, individualmente ou combinado, tem o potencial intrínseco para materializar o risco;

XI - **Gestão de riscos** – atividades coordenadas metodologicamente para dirigir e controlar uma organização, no que diz respeito ao risco;

XII - **Impacto** – efeito resultante da ocorrência do evento, para a organização;

XIII - **Nível de risco** – magnitude de um risco expressa na combinação da consequência (impacto) e de sua probabilidade de ocorrência;

XIV - **Parte interessada** – pessoa ou organização que pode afetar, ser afetada, ou perceber-se afetada por uma decisão ou atividade;

XV - **Plano de ação** – plano dentro de uma estrutura de gestão de riscos, especificando a abordagem, os componentes de gestão (procedimentos, práticas, atribuição de responsabilidades, sequência e cronograma das atividades) e os recursos a serem aplicados para gerenciar riscos;

XVI - **Política de gestão de risco** – declaração das intenções, princípios, diretrizes e responsabilidades de uma organização relacionadas ao processo de gestão de riscos;

XVII - **Probabilidade** – chance de algo acontecer;

XVIII - **Processo de avaliação de riscos** – processo global de identificação de riscos, análise de riscos e avaliação de riscos;

XIX - **Processo de gestão de riscos** – aplicação sistemática de políticas, procedimentos e práticas de gestão para as atividades de comunicação, consulta, estabelecimento do contexto e na identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e análise crítica dos riscos;

XX - **Proprietário do risco** – pessoa ou entidade com a responsabilidade e a autoridade para gerenciar o risco;

XXI - **Riscos** – efeito da incerteza nos objetivos organizacionais;

XXII - Riscos-chave – são aqueles que podem afetar significativamente o alcance dos objetivos e o cumprimento da missão institucional, a imagem e a segurança da organização e de pessoas. Devido ao impacto potencial nos resultados da organização, os riscos-chave devem ser monitorados diretamente pelo Comitê Setorial;

XXIII - Risco inerente – risco ao qual se expõe face à inexistência de controles que alterem o impacto ou a probabilidade do evento;

XXIV - Risco residual – risco remanescente após a implantação dos controles adicionais e/ou ajustes dos controles existentes para o tratamento do risco;

XXV - Tolerância ao risco – é a disposição da organização em suportar o risco após a implantação do tratamento, ou seja, decide tolerar o risco residual sem a implantação de novos controles.

Art. 7º A Política de Gestão de Riscos abrange as seguintes categorias de riscos:

I - Estratégicos – riscos que causam impactos sobre os objetivos estratégicos e a execução da estratégia planejada;

II - Financeiros – riscos que se relacionam à inadequada gestão de caixa ou aplicação de recursos;

III - Operacionais – riscos que prejudicam a execução ou o progresso dos processos internos;

Art. 8º São elementos estruturantes da Gestão de Riscos da Lago Azul Transmissão, a Política de Gestão de Riscos, o Comitê Setorial de Compliance Público, a Secretaria Executiva de Compliance (ou equivalente), o Processo de Gestão de Riscos e as Ações de Controle.

DAS RESPONSABILIDADES PELA GESTÃO DE RISCOS

Art. 9º São considerados proprietários dos riscos, em seus respectivos âmbitos e escopos de atuação, os responsáveis pelos processos de trabalho, projetos, atividades e ações desenvolvidas nos níveis estratégicos, táticos ou operacionais da Lago Azul Transmissão.

Art. 10. Compete aos proprietários dos riscos, relativamente aos processos de trabalho e iniciativas sob sua responsabilidade:

I - identificar, analisar e avaliar os riscos dos processos, atividades e projetos sob sua responsabilidade;

II - identificar e implantar controles preventivos e corretivos;

III - registrar como são feitas as ações de controle existentes (aquelas que eram executadas antes do risco ser identificado);

IV - elaborar um plano de ação para as ações de controle a implantar sob sua responsabilidade;

V - registrar e monitorar periodicamente todos os eventos relacionados aos riscos sob sua responsabilidade, inclusive os indicadores de monitoramento;

VI - apresentar os relatórios gerenciais (mínimo quadrimestralmente) dos riscos, principalmente se acima do apetite a risco da organização, ao Comitê Setorial;

VII - monitorar se os controles implantados para mitigar os riscos são suficientes e adequados para mantê-los dentro do apetite a risco da instituição;

VIII - realizar a análise crítica do gerenciamento dos riscos sob sua responsabilidade, e submeter aos integrantes do Comitê.

IX - estimular e favorecer a equipe a se capacitar em gestão de riscos para que ela seja envolvida em todas as etapas da gestão de riscos, inclusive nas decisões quanto ao tratamento dos riscos.

Art. 11. Compete à LAZ auxiliar o Comitê Setorial de Compliance em suas funções; orientar e monitorar funções e responsabilidades pela gestão de riscos e demais atribuições estabelecidas em portaria específica.

Art. 12. Compete ao Comitê Setorial de Compliance Público a coordenação geral do Programa de Compliance Público no âmbito da Lago Azul Transmissão e demais responsabilidades estabelecidas em portaria específica.

DO PROCESSO DE GESTÃO DE RISCOS

Art. 13. O processo de Gestão de Riscos será compreendido pelas seguintes fases:

I - Comunicação e Consulta – processos contínuos e interativos que uma organização conduz para fornecer, compartilhar ou obter informações e se envolver no diálogo com as partes interessadas e outros, com relação ao gerenciamento de riscos;

II - Estabelecimento do Escopo – definição do direcionamento das atividades de gestão de riscos, níveis considerados e alinhamento aos objetivos;

III - Estabelecimento do Contexto – definição dos parâmetros externos e internos a serem levados em consideração no gerenciamento de riscos e no estabelecimento do escopo e dos critérios de risco para a política de gestão de riscos;

IV - Estabelecimento de Critérios de Risco – definição dos parâmetros de escala para probabilidade e impacto a serem utilizados para avaliar a significância do risco (análise do nível do risco), conforme o grau de maturidade da gestão de riscos;

V - Identificação dos Riscos – busca, reconhecimento e descrição dos riscos, mediante a identificação das fontes de risco, eventos, suas causas e suas consequências potenciais;

VI - Análise dos Riscos – compreensão da natureza do risco e a determinação do seu respectivo nível mediante a combinação da probabilidade de sua ocorrência e dos impactos possíveis;

VII - Avaliação dos Riscos – processo de comparação dos resultados da análise de risco com os critérios do risco para determinar se o risco e/ou sua respectiva magnitude é aceitável ou tolerável, auxiliando na decisão sobre o tratamento dos riscos;

VIII - Tratamento dos Riscos – processo para modificar o risco, envolvendo a seleção da(s) opção(ões) mais apropriada(s) de tratamento, incluindo o balanceamento de benefícios potenciais derivados em relação ao alcance dos objetivos, face aos custos, esforço ou desvantagens da implementação, podendo ocorrer dentre as seguintes

estratégias de respostas aos riscos, podendo envolver as ações de evitar, aceitar, reduzir e compartilhar;

IX - Estabelecimento de Controles – implantação de ações de controle que visam reduzir a probabilidade de materialização do risco e/ou seus efeitos, diminuindo a exposição das atividades aos riscos;

X - Monitoramento e Análise Crítica – verificação, supervisão, observação crítica ou identificação da situação, executadas de forma contínua, a fim de identificar mudanças no nível de desempenho requerido ou esperado, sendo que mudanças significativas nos riscos gerenciados deverão ser reportadas, a qualquer tempo, ao Comitê Setorial;

XI - Registro e Relato – processo de documentação, por meio de mecanismos apropriados, da gestão de riscos e de seus resultados, sendo parte integrante da governança da organização, melhorando a qualidade do diálogo com as partes interessadas e apoiando a alta direção e os órgãos de supervisão a cumprirem suas responsabilidades.

§1º Eventuais conflitos de atuação decorrentes do processo de gestão de riscos serão dirimidos pelo Comitê Setorial de Compliance Público.

§2º A gestão de riscos deverá fazer parte de todos os processos organizacionais, incluindo o planejamento estratégico, os projetos, as políticas de gestão em todos os níveis da organização e as parcerias com outras organizações.

Art. 14. O processo de gestão de riscos deve ser objeto de revisão periódica, sempre que necessário, com prazo não superior a 2 (dois) ano, abrangendo as áreas, processos e projetos, em que a gestão de riscos já foi implantada na Lago Azul Transmissão.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15. A Lago Azul Transmissão manterá registro formal de todos os atos administrativos provenientes do programa de Compliance Público (PCP) a fim de fornecimento de dados para revisão periódica interna e para a consultoria e auditoria baseada em riscos da Controladoria Geral do Estado.

Art. 16. A Lago Azul Transmissão estabelecerá plano de comunicação entre as partes interessadas internas e externas.

Art. 17. Os proprietários dos riscos a que se refere o art. 10 desta Política deverão cumprir com a presente Política de Gestão de Riscos a partir da data de publicação desta.

Art. 18. Os casos omissos ou excepcionais serão resolvidos pelo Comitê Setorial de Compliance Público de acordo com as orientações a serem emanadas da CGE.

Art. 19. Esta Política entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 15 de agosto de 2024



(Página de Assinaturas da Política de Gestão de Riscos da Lago Azul Transmissão)

APROVADA NA 68ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, de 15 de agosto de 2024, observada a assinatura dos presentes nesse evento societário.

Claudia Menezes Fernandes de Oliveira
Conselheira de Administração e Presidente
(Assinado Digitalmente)

Christiane Mundim Nogueira
Conselheira de Administração
(Assinado Digitalmente)

Vanderley Silva de Jesus
Conselheiro de Administração
(Assinado Digitalmente)

Daniel Vinicios Nunes Vieira
Conselheiro de Administração
(Assinado Digitalmente)

Demonstrações financeiras

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.

30 de junho de 2024

Com relatório dos auditores independentes

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias ...	3
Balanco patrimonial	5
Demonstração dos resultados.....	6
Demonstração dos resultados abrangentes	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Demonstração dos valores adicionados.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	11

Relatório do auditor independente sobre a revisão das demonstrações financeiras

Aos
Conselheiros e Administradores da
LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.
Goiânia – GO

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras da **LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.** (“Companhia”), referente ao trimestre findo em **30 de junho de 2024**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findos nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da diretoria sobre as informações contábeis intermediárias

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfase

Chamamos atenção para a nota explicativa nº 17.1 das demonstrações financeiras, que apresenta, conforme facultado pela legislação tributária, que a Companhia optou pela tributação no lucro presumido. Sendo assim, o imposto de renda e da contribuição social, foram calculados por meio da aplicação do percentual sobre o faturamento líquido efetivamente recebido ajustado pelo fator de presunção de 8% e 12% respectivamente para imposto de renda e contribuição social somados com as receitas financeiras. Os percentuais de presunção estão em consonância com o disposto no item 44 da Nota Técnica nº 75/SRE/ANEEL e acompanham os critérios adotados por inúmeras empresas do ramo de transmissão. Porém, há discussão quanto a aplicação dessa prática, pois de acordo com a Lei 9.249/1995, artigo 15, para prestação de serviços de construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento de infraestrutura vinculados a contrato de concessão de serviço público, a alíquota de presunção seria de 32% para o cômputo dos referidos impostos

De tal forma, a Receita Federal do Brasil emitiu Auto de Infração datado de 24/02/2022, após ter efetuado procedimento de fiscalização entre 31/03/2021 e 23/02/2022. A Companhia ingressou com impugnação do lançamento contestando as duas infrações então citadas: i. aplicação indevida de percentual de determinação

do Lucro Presumido; e ii. Receitas decorrentes da mudança de regime (valores cuja tributação foi diferida). A impugnação foi aceita e juntada ao processo. Os valores constantes das infrações não se encontram provisionados nas referidas demonstrações financeiras. Nossa conclusão sobre as demonstrações financeiras não contém modificações relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações financeiras acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia.

Essas demonstrações foram submetidas aos procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessas normas e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Blumenau (SC), 26 de julho de 2024.

TATICCA AUDITORES INDEPENDENTES S.S.
CRC/SP-032267/O-1

**FERNANDO
MACHADO DOS
SANTOS:00396120903**



Assinado digitalmente por FERNANDO MACHADO DOS SANTOS:00396120903
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=12073743000170, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=videoconferencia, CN=FERNANDO MACHADO DOS SANTOS:00396120903
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: Blumenau (SC), Brasil
Data: 2024.07.30 18:06:19-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.2.2

Fernando Machado dos Santos
Sócio – Contador CRC/SC-043302/O

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.**Balço patrimonial****Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023***(Valores expresso em milhares de reais)*

<u>ATIVO</u>	<u>Notas</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.515	2.035
Concessionárias e permissionárias	5	525	629
Impostos a recuperar	6	276	276
Ativo de contrato	7	4.564	4.473
Outros ativos circulantes		115	165
Total do ativo circulante		7.995	7.578
NÃO CIRCULANTE			
Ativo de contrato	7	47.348	47.092
Imobilizado líquido		8	10
Intangível		63	63
Outros	8	1.343	1.054
Total do ativo não circulante		48.762	48.219
TOTAL DO ATIVO		56.757	55.797
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	106	174
Salários e encargos		145	128
Obrigações fiscais		206	223
Dividendos a pagar	11.c	1.075	1.250
Encargos setoriais		180	164
Outros passivos circulantes		11	11
Total do passivo circulante		1.723	1.950
NÃO CIRCULANTE			
Impostos diferidos	10	3.494	3.470
Provisão para litígios		320	320
Total do passivo não circulante		3.814	3.790
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	11	35.156	35.156
Reserva legal		1.728	1.728
Reserva de retenção de lucros		13.173	13.173
Lucro do período		1.163	
Total do patrimônio líquido		51.220	50.057
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		56.757	55.797

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.
Demonstração dos resultados
Períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Valores expresso em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	01/04/2024 à 30/06/2024	01/01/2024 à 30/06/2024	01/04/2023 à 30/06/2023	01/01/2023 à 30/06/2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12	1.575	3.108	1.542	3.042
Custos de operação e manutenção	13	(368)	(737)	(97)	(194)
Custos Operacionais	13	(291)	(663)	(329)	(840)
LUCRO BRUTO		916	1.708	1.116	2.008
DESPESAS OPERACIONAIS					
Pessoal		(179)	(372)	(180)	(404)
Serviços de terceiros		(58)	(104)	(77)	(128)
Tributos		(5)	(8)	(4)	(13)
Arrendamentos e aluguéis		(5)	(10)	(5)	(10)
Seguro		(2)	(2)	-	-
Depreciação		(1)	(2)	(1)	(2)
Total	14	(250)	(498)	(267)	(557)
LUCRO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		666	1.210	849	1.451
Receitas financeiras		39	82	38	83
Despesas financeiras		(6)	(12)	(5)	(16)
RESULTADO FINANCEIRO	15	33	70	33	67
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		699	1.280	882	1.518
Imposto de renda e Contribuição social correntes	16.c	(53)	(106)	(51)	(102)
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	16.a	(6)	(11)	(6)	(13)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		640	1.163	825	1.403

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.
Demonstração dos resultados abrangentes
Períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Valores expresso em milhares de reais)

	01/04/2024 à 30/06/2024	01/01/2024 à 30/06/2024	01/04/2023 à 30/06/2023	01/01/2023 à 30/06/2023
Lucro líquido do período	640	1.163	825	1.403
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes do período	<u>640</u>	<u>1.163</u>	<u>825</u>	<u>1.403</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Valores expresso em milhares de reais)

	RESERVAS DE LUCROS				Total
	Capital social	Reserva Legal	Retenção de lucros	Lucros/ Prejuízos acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	35.156	1.633	11.825	-	48.614
Lucro líquido do período	-	-	-	1.403	1.403
Saldos em 30 de junho de 2023	35.156	1.633	11.825	1.403	50.017
Saldos em 31 de dezembro de 2023	35.156	1.728	13.173	-	50.057
Lucro líquido do período	-	-	-	1.163	1.163
Saldos em 30 de junho de 2024	35.156	1.728	13.173	1.163	51.220

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Períodos findos em 31 de junho de 2024 e 2023
(Valores expresso em milhares de reais)

	30/06/2024	30/06/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo)/Lucro do período	1.163	1.403
Ajuste de itens que não causaram impacto no caixa		
Rendimentos do ativo de contrato	(2.538)	(2.531)
IRPJ/CSLL Diferidos	11	13
PIS/COFINS Diferidos	13	15
Depreciação	2	2
	(1.349)	(1.098)
Aumento (redução) nos ativos e passivos operacionais		
Concessionárias e permissionárias	104	225
Amortização do Ativo de contrato	2.191	2.108
Outros ativos	(239)	(885)
Fornecedores	(68)	6
Obrigações fiscais	67	106
Encargos setoriais	16	15
Salários e encargos	17	1
Outros passivos circulantes	-	8
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	739	486
Imposto de renda e contribuição social pagos	(84)	(84)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	655	402
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(175)	(200)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(175)	(200)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	480	202
Início do período	2.035	2.011
Final do período	2.515	2.213
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	480	202

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.
Demonstração dos valores adicionados
Períodos findos em 31 de junho de 2024 e 2023
(Expresso em milhares de reais)

	30/06/2024	30/06/2023
RECEITA		
Receitas relativas à operação e manutenção	727	665
Receitas relativas à remuneração do ativo de contrato	2.538	2.532
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	(11)	(2)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Outros Custos	(1.223)	(851)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(106)	(127)
DEPRECIACÃO / AMORTIZAÇÃO		
Depreciação	(2)	(2)
VALOR ADICIONADO LIQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	1.923	2.215
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receita financeira	82	83
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	2.005	2.298
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remuneração direta	369	407
Benefícios	38	42
FGTS	26	27
	433	476
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	337	329
Encargos Setoriais	38	38
Outras taxas e contribuições	12	23
	387	390
Remuneração de capitais de terceiros		
Arrendamentos e aluguéis	10	13
Juros	-	6
Outros	12	10
	22	29
Remuneração de capitais próprios		
Lucro do período	1.163	1.403
TOTAL	2.005	2.298

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de junho de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Lago Azul Transmissão S.A. (Companhia), sociedade de economia mista, capital fechado, foi constituída em 09 de dezembro de 2013 e está estabelecida na Rua 104, nº 454, Condomínio Comercial Edifício Jorge Félix Najar, sala nº 3, mezanino, Setor Sul, Goiânia (GO), CEP: 74.083-300. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação e exploração de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em conjunto com o Poder Concedente representado pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1 Da concessão

A Companhia foi constituída a partir do Consórcio Lago Azul, vencedor do Lote D do Leilão de Transmissão nº 07/2013, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 14 de novembro de 2013.

O Lote D é composto pela seguinte instalação, no Estado de Goiás:

- LT 230 kV Barro Alto – Itapaci, C2 (69 km).

As instalações de transmissão são compostas pela:

- Linha de Transmissão Barro Alto – Itapaci, em 230 kV, circuito simples, segundo circuito, com extensão aproximada de 69 km, com origem na Subestação Barro Alto e término na Subestação Itapaci.
- Com entradas de linhas, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Em 19 de setembro de 2016, a Companhia entrou em operação passando a receber a RAP integralmente.

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$ 3.050, valor histórico, e será corrigida anualmente, com base na variação do IPCA no mês de julho de cada ano, e passará por revisão tarifária a cada cinco anos, nos termos do contrato de concessão. A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo de julho de 2023 a junho de 2024, é de R\$ 5.464, conforme Resolução Homologatória nº 3.216, de 4 de julho de 2023.

2 Base de elaboração das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e apresentadas de acordo com a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e o CPC 21 – Demonstração Intermediária (práticas contábeis adotadas no Brasil) e devem ser lidas em conjunto com as últimas demonstrações financeiras anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, previamente divulgadas. As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais.

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.
Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de junho de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

As demonstrações financeiras apresentam as principais variações no período, evitando a repetição de determinadas notas às demonstrações financeiras anuais previamente divulgadas, e estão sendo apresentadas na mesma base de agrupamentos e ordem de quadros e notas explicativas, se comparadas as demonstrações financeiras anuais.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras da Companhia apresentam informações comparativas ao período anterior e foram autorizadas pela Administração em 26 de julho de 2024.

a) Moeda funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 POLÍTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS CRÍTICAS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias foram adotadas de modo consistente com as demonstrações financeiras do exercício findo de 31 de dezembro de 2023, e portanto, devem ser lidas em conjunto.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa e bancos conta movimento	844	133
Aplicação Financeira CEF – CDB Flex Empresarial	579	551
Aplicações financeiras – RF CP Empresa Ágil	1.092	1.351
Total	<u><u>2.515</u></u>	<u><u>2.035</u></u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 30 de junho de 2024, a aplicação financeira referente à RF CP Empresa Ágil teve sua rentabilidade nos últimos 12 meses, à taxa de 10,95% e o CDB Flex Empresarial de 8,58% de Rendimento líquido acumulado. Essas aplicações estão classificadas como disponíveis para negociação e refletem nas datas do balanço, o valor de mercado.

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.
Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de junho de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

5 CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
A vencer		
Concessionárias e permissionárias	547	470
Vencido		
Concessionárias e permissionárias	-	172
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(22)	(13)
	<u>525</u>	<u>629</u>

A Companhia efetuou revisão dos faturamentos atrasados, considerando as possibilidades de recebimento em função da situação do cliente, tempo de atraso e característica da inadimplência, com base neste estudo efetuou a provisão para créditos e liquidação duvidosa.

Em função das tratativas judiciais (NE 17.2), consta a receber da CCEE referentes a TUSTs complementares o total de R\$ 233.881,87, dos quais, R\$ 112.993,27 deveriam ser recebidos em 2023 e não foram em razão da negativa da Receita Federal quanto ao atendimento da Liminar para liberação da Certidão Positiva com efeito de Negativa dos tributos federais.

6 IMPOSTOS A RECUPERAR

Em 30 de junho de 2024, consta mantido o valor de R\$ 276 mesma posição de 31 de dezembro de 2023), classificado como imposto a recuperar, é referente ao imposto de renda retido na fonte quando do resgate do resgate de aplicações financeiras, e aos tributos retidos sobre faturamentos.

7 ATIVOS DE CONTRATO

O Ativo de contrato está registrado em consonância com IFRS 15, CPC 047, e Comunicado CVM 13. A seguir constam as principais premissas para mensuração seguem abaixo sumarizados:

- Receita RAP estipulada no contrato de concessão e atualizada anualmente, disposta por resolução homologatória emitida pela ANEEL;
- Curva de investimento guarda relação com previsto no contrato de concessão e taxa de depreciação também em conformidade com o contrato de concessão;
- Taxa de retorno implícita do contrato obtida após a precificação das margens pelo fluxo de RAP esperado no momento da renovação ou celebração contratual em comparação ao fluxo de investimento esperado ou realizado (10,27%);
- Identificação das margens: As margens identificadas refletem a estratégia definida pela Companhia para o contrato de concessão, e varia em função de vários fatores de negócio levantados à época. Todavia, independente das margens, os custos são auferidos diretamente no resultado sem constituição de ativo.
- Parcela variável como critério de risco utilizando o previsto no Plano de Negócio;
- Receitas anuais permitidas conforme previsão do contrato de concessão;

A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Receita Anual Permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são apurados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.
Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de junho de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos, cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo poder concedente.

A movimentação destes ativos, no período findo em 30 de junho de 2024, é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	51.407
Atualização monetária	2.531
Amortização do ativo contratual	(2.108)
Saldo em 30 de junho de 2023	51.830
Saldo em 31 de dezembro de 2023	51.565
Atualização monetária	2.538
Amortização do ativo contratual	(2.191)
Saldo em 30 de junho de 2024	51.912
Ativo Circulante	4.564
Ativo Não Circulante	47.348

8 Outros ativos não Circulantes

Como medida de gestão, para reposição imediata em eventual sinistro, a companhia, considerando a liberalidade estabelecida na cláusula terceira do contrato de concessão, adotou a medida de manter em seu ativo materiais e equipamentos disponíveis.

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Depósito Judicial	1.265	1.054
Ativos Sobressalentes em depósito	78	-
	<u>1.343</u>	<u>1.054</u>

9 Fornecedores

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Furnas Centrais Elétricas S.A.	41	41
EDP Goiás	37	37
RBA Loyalty Contadores Associados	3	3
Fornecedores diversos	25	93
	<u>106</u>	<u>174</u>

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.
Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de junho de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

10 Impostos diferidos

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
IRPJ	1.038	1.031
CSLL	561	557
PIS	338	335
COFINS	1.557	1.547
	<u>3.494</u>	<u>3.470</u>

A base de cálculo dos tributos diferidos e os efeitos contabilizados no resultado da Companhia, estão demonstrados de forma complementar na NE nº 16.

11 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 30 de junho de 2023, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$35.156 (trinta e cinco milhões, cento e cinquenta e seis mil reais), dividido em 35.156.000 (trinta e cinco milhões, cento e cinquenta e seis mil) ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, sem valor nominal, pela COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES S.A. e FURNAS CENTRAIS ELETRICA S.A., na proporção de 50,10%, e 49,90%, respectivamente.

O capital social subscrito da Companhia está composto da seguinte forma:

	<u>30/06/2023</u>	
	<u>R\$</u>	<u>Participação</u>
Companhia Celg de Participações S.A.	17.613	50,10%
Furnas Centrais Elétricas S.A.	<u>17.543</u>	<u>49,90%</u>
Total	<u>35.156</u>	<u>100,00%</u>

(b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

(c) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório não inferior a 25% do saldo remanescente após o cálculo da reserva legal, e das reservas de contingência e reserva de lucros a realizar, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Os dividendos mínimos obrigatórios são deliberados anualmente em Assembleia Geral Ordinária (AGO) e apresenta em 30 de junho de 2024 o valor de R\$ 1.075 (R\$ 1.250 em 31 de dezembro de 2023).

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.
Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de junho de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

12 Receita operacional líquida

	01/04/2024 à 30/06/2024	01/01/2024 à 30/06/2024	01/04/2023 à 30/06/2023	01/01/2023 à 30/06/2023
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Rendimentos sobre ativo de contrato	1.271	2.538	1.269	2.532
Receita de O&M	381	727	351	665
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA				
Pis	(10)	(21)	(11)	(21)
Cofins	(50)	(98)	(49)	(96)
Encargos regulatórios	(17)	(38)	(18)	(38)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.575	3.108	1.542	3.042

13 Custos operacionais

Custos operacionais	01/04/2024 à 30/06/2024	01/01/2024 à 30/06/2024	01/04/2023 à 30/06/2023	01/01/2023 à 30/06/2023
Pessoal	(76)	(163)	(87)	(170)
Serviços de terceiros	(183)	(424)	(322)	(651)
Aluguéis	-	-	(4)	(4)
Doações, Contribuições e Subvenções	(2)	(4)	(1)	(4)
Provisão para Devedores Duvidosos	(2)	(11)	(1)	(2)
Tributos	-	(4)	86	(9)
Seguro	(28)	(57)	-	-
	(291)	(663)	(329)	(840)
Custos de O&M	(368)	(737)	(97)	(194)
TOTAL	(659)	(1.400)	(426)	(1.034)

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.
Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de junho de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

14 Despesas operacionais

	<u>01/04/2024 à 30/06/2024</u>	<u>01/01/2024 à 30/06/2024</u>	<u>01/04/2023 à 30/06/2023</u>	<u>01/01/2023 à 30/06/2023</u>
Pessoal	(179)	(372)	(180)	(404)
Serviços de terceiros	(58)	(104)	(77)	(128)
Aluguéis	(5)	(8)	(5)	(10)
Tributos	(5)	(10)	(4)	(13)
Seguro	(2)	(2)		
Depreciação	(1)	(2)	(1)	(2)
	<u>(250)</u>	<u>(498)</u>	<u>(267)</u>	<u>(557)</u>

15 Resultado financeiro

	<u>01/04/2024 à 30/06/2024</u>	<u>01/01/2024 à 30/06/2024</u>	<u>01/04/2023 à 30/06/2023</u>	<u>01/01/2023 à 30/06/2023</u>
RECEITAS FINANCEIRAS	39	82	38	83
Receitas de aplicações financeiras	39	82	38	83
(a)	-	-	-	-
Variações monetárias	-	-	-	-
Outras (b)	-	-	-	-
DESPESAS FINANCEIRAS	(6)	(12)	(5)	(16)
Juros e multas	-	-	(1)	(6)
Outras Despesas Financeiras	(6)	(12)	(4)	(10)
Resultado financeiro	33	70	33	67

16 Impostos e contribuições

a. Tributos diferidos

Os tributos diferidos passivos, cuja base de cálculo é presumida em 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social, foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia, e as variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:

Natureza dos créditos	Base de cálculo	30/06/2024				31/12/2023
		Impostos diferidos	Baixas diferidos	Total Resultado	Total Passivo	
PIS diferido	51.616	16	(14)	2	337	335
COFINS diferido	51.616	76	(66)	10	1.557	1.547
IRPJ diferido	51.616	51	(44)	7	1.038	1.031
CSLL diferido	51.616	28	(23)	4	562	557
Total		171	(147)	23	3.494	3.470

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.
Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de junho de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

b. PIS e COFINS - Deduções da receita

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Receita Anual Permitida (RAP)	2.918	2.773
Alíquota de PIS e COFINS	3,65%	3,65%
Valores de PIS e COFINS	(107)	(101)
Imposto corrente no resultado	(107)	(101)
Receita de remuneração e ganhos por efeitos da RTA/RTP	2.538	2.531
Base de cálculo do imposto diferido	2.538	2.531
Alíquota de PIS e COFINS	3,65%	3,65%
Imposto diferido no resultado	(92)	(92)
Baixa de PIS e COFINS diferidos	80	76
PIS e COFINS diferido	(12)	(16)
PIS e COFINS dedução da receita	(119)	(117)

c. Imposto de renda e contribuição social

	<u>30/06/2024</u>		<u>30/06/2023</u>	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita Anual Permitida (RAP)	2.918	2.918	2.773	2.773
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
(=) Lucro presumido	233	350	222	333
Receitas financeiras	82	82	83	83
	315	432	305	416
Base de cálculo				
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	15%	9%	15%	9%
Valores do IRPJ e da CSLL	(47)	(39)	(46)	(37)
Adicional de 10% - IRPJ	(20)	-	(19)	-
Imposto corrente no resultado	(67)	(39)	(65)	(37)
Receita de remuneração e ganhos por efeitos da RTA/RTP	2.538	2.538	2.531	2.531
Base de cálculo do imposto diferido	2.538	2.538	2.531	2.531
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
Base presumida	203	305	202	304
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	25%	9%	25%	9%
IRPJ/CSLL diferidos	(51)	(27)	(51)	(27)
Baixa de IRPJ/CSLL diferidos	44	23	43	22
Imposto diferido no resultado	(7)	(4)	(8)	(5)
Total IRPJ/CSLL no resultado	(74)	(43)	(73)	(42)

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.
Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de junho de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

17 Provisões para processos judiciais e passivos contingentes

a) Provisão para processos judiciais

A Companhia, em 30 de junho de 2024 e 30 de junho de 2023, não é parte envolvida em processos na esfera administrativa ou judicial, que o risco estimado de perda seja classificado como provável, além dos processos que envolvem ações fundiárias.

b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes classificados como de risco possível são apresentados a seguir:

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Processos fiscais		
Alíquotas de presunção de IRPJ e CSLL	1.500	1.500
Créditos tributários	257	257
	<u>1.757</u>	<u>1.757</u>

17.1 Diferença de alíquotas de Presunção para fins de IRPJ e CSLL

Em 2021 a Companhia recebeu Termo de Intimação Fiscal, emitido pela Receita Federal do Brasil – RFB, tratando dos percentuais de presunção de 8% para o IRPJ e de 12% para a CSLL, nos exercícios de 2017, 2018 e 2019 e efeitos sobre mudança de regime tributário. Após procedimento de fiscalização a Receita Federal emitiu Auto de Infração Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica, sob no número 17095-720.260/2022-18, datado de 24/02/2022.

A LAZ ingressou com Impugnação do Lançamento em 25/03/2022 contestando as duas infrações então citadas: i. aplicação indevida de percentual de determinação do Lucro Presumido; e ii. Receitas decorrentes da mudança de regime (valores cuja tributação foi diferida). A impugnação foi aceita e juntada ao processo, porém não houve julgamento de mérito. Processo sem movimentação desde 02.06.2022.

16.2 Processo de compensação de créditos tributários - PERDCOMPs

A Companhia ingressou com processos relativos à compensações de créditos tributários por meio de diversas PER/DCOMPs, de créditos recolhidos nos exercícios de 2015 e 2016, contudo, para alguns foram emitidos Despachos Decisórios indeferindo a compensação. A LAZ ingressou com recurso quanto ao Despacho Decisório alegando ter procedido com as devidas retificações da ECF em 30/08/2021.

Não tendo sido consideradas as retificações e deferidas as PRDCOMPS a LAZ ingressou com Ação Anulatória de Débito Fiscal C/C Pedido Liminar, cujo processo foi registrado sob o número 1028496-70.2022.4.01.3400, junto à 21ª Vara Federal Cível da SJDF, com vistas à avaliação do mérito da compensação de crédito da LAZ, requerendo o reconhecimento dos créditos fiscais e anulação de débito fiscal, bem como pedido de liminar para fins de liberação de Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, cuja liminar concedida mediante juntada de apólice de seguro garantia judicial e o mérito ainda não foi julgado.

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.
Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de junho de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

18 Instrumentos financeiros

18.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos financeiros	30/06/2023		31/12/2023	
	Custo amortizado	A valor justo por meio do resultado	Total	Total
Caixa e equivalentes de caixa	844	1.671	2.515	2.035
Concessionárias e permissionárias	525	-	525	629
Impostos a recuperar	276	-	276	276
	1.645	1.671	3.316	2.940

O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável.

Os principais passivos financeiros da Companhia, em 30 de junho de 2024, são mensurados ao custo amortizado, conforme demonstrado a seguir:

Passivos financeiros	30/06/2024	31/12/2023
Fornecedores	106	174
Salários e encargos	145	128
Obrigações fiscais	206	223
Outros passivos circulantes	191	176
	648	701

Classificações contábeis e valores justos

Em 30 de junho de 2024 e 30 de junho de 2023, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- Caixa equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas - contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras.
- Concessionárias e permissionárias - A Administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos.
- Fornecedores e Outros Passivos - A Administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos.

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.
Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de junho de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

Hierarquia do valor justo

- Nível 1 - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pela Companhia a valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no período observado.

Gerenciamento do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do setor e do mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora tanto condições de liquidez corrente quanto retorno sobre capital, considerando então o resultado líquido sobre o patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários.

18.2 Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas priorizando estratégias conservadoras, visando segurança, e disponibilidade do ativo, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas, em consonância com o rigor requerido às empresas públicas. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

(a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

(b) Riscos ambientais

As instalações da Lago Azul, constituídas pela linha de transmissão e pelos módulos de entrada de linha nas subestações terminais, não dispendo de equipamentos de transformação ou compensação, encontra-se em fase de operação comercial. Por essa razão e pelas suas características os níveis de impacto ao meio ambiente são muito baixos, levando a que o potencial para passivos contingentes/obrigações referentes a custos ambientais e de limpeza/despoluição seja praticamente nulo. De qualquer forma a companhia conta com serviços de empresa especializada para o devido monitoramento e atendimento às obrigações de natureza ambiental.

(c) Riscos Operacionais

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

- (i) Risco técnico – A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, eventos decorrentes de

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.
Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de junho de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, a Companhia pode ter seu caixa impactado pelos custos necessários para o reestabelecimento das instalações às condições de operação, além de possível desconto da Parcela Variável de Indisponibilidade (PVI), decorrente de eventuais indisponibilidades das Linhas de Transmissão.

- (ii) Riscos regulatórios – A Companhia está sujeita a extensa e complexa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia – MME, ANEEL, Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Meio Ambiente, dentre outros
- (iii) Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura - Caso a Companhia, por determinação regulatória, necessite expandir os seus negócios com a construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Ainda assim, qualquer novo investimento aprovado pelo Poder Concedente sera remunerado por incremento da RAP.

19 Partes relacionadas

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 5 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia.

Conforme os conceitos definidos no referido pronunciamento, a Companhia possui como partes relacionadas: as acionistas e o pessoal-chave da administração.

Operações comerciais

Partes relacionadas	Natureza da operação	30/06/2024	31/12/2023
Ativo			
Furnas Centrais Elétricas	Contas a receber de faturamento	9	9
		9	9
Passivo			
Furnas Centrais Elétricas	O&M	(32)	(32)
Furnas Centrais Elétricas	CCI	(9)	(9)
		(41)	(41)
Resultado			
Receita			
Furnas Centrais Elétricas	Receita de faturamento	53	108
		53	108
Custo/despesa			
Furnas Centrais Elétricas	O&M	(202)	(392)
Furnas Centrais Elétricas	CCI	(54)	(104)
		(256)	(496)

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.
Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de junho de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros de administração e fiscal, além dos diretores. O valor da remuneração anual global dos entes para 2023 foi aprovado durante a 15ª AGE, realizadas em 27 de abril de 2023. Como até o momento não foi aprovado a nova remuneração para 2024, o valor que está sendo praticado é o mesmo aprovado para 2023. Assim que os acionistas chegarem a um acordo sobre o valor de 2024, o mesmo será pago retroativamente, desde janeiro 2024.

	30/06/2024	30/06/2023
Remuneração dos Diretores e Conselheiros	<u>52</u>	<u>54</u>
	<u>52</u>	<u>54</u>

20 Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O resumo das apólices vigentes em 30 de junho de 2024 é como segue:

MAPA DE SEGUROS LT CONTRATADOS PELA LAZ					
VIGÊNCIA		TIPO	APÓLICE	SEGURADORA	COBERTURA (mil R\$)
INÍCIO	FIM				
11/09/2023	11/09/2024	Risco Operacional	046692023100101180002340	Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.	5.911
29/08/2023	29/08/2024	D&O	1001000000225	KQVR Seguradora S.A.	2.000
06/05/2023	06/05/2025	Seguro Garantia Judicial	0306920229907750679037000	Pottencial Seguradora S.A	403,97

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.
Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de junho de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

21 Eventos subsequentes

Em 28 de junho de 2024 a Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobras informou, em complemento ao fato relevante divulgado em 18 de junho de 2024, que na referida data seu Conselho de Administração confirmou o cumprimento de todas as condicionantes para a incorporação de Furnas, e definiu a data da incorporação em 01.07.2024, passando então as ações da LAZ detidas por Furnas Centrais Elétricas S.A a serem então de propriedade da Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobras, devendo então serem tomadas as providências cabíveis como registros nos livros societários pertinentes e comunicação à ANEEL quando concluídas as providências que o caso requer.

DIRETORIA EXECUTIVA

ANTONIO DIRCEU GUIMARAES Assinado de forma digital por ANTONIO
 MACHADO:27162095615 DIRCEU GUIMARAES MACHADO:27162095615
 Dados: 2024.07.31 10:12:14 -03'00'

Antonio Dirceu Guimarães Machado
 Diretor de Engenharia e Operação
 CPF: 271.620.956-15

JOICYMAR OLIVEIRA Assinado de forma digital por
 LOPES JOICYMAR OLIVEIRA LOPES
 VIEIRA:01181249600
 Dados: 2024.07.30 12:23:41 -03'00'

Joicymar Oliveira Lopes Vieira
 Diretor-Presidente e Diretora
 Administrativa-Financeira
 CPF: 011.812.496-00

RESPONSÁVEL TÉCNICO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CREDIBILE SOLUCOES Assinado de forma digital por
 CONTABEIS E CREDIBILE SOLUCOES
 EMPRESARIAIS CONTABEIS E EMPRESARIAIS
 SOCIE:16834047000190 SOCIE:16834047000190
 Dados: 2024.07.29 21:00:13
 -03'00'

EDSON JUNIOR Assinado de forma digital
 DA por EDSON JUNIOR DA
 SILVA:000140751 SILVA:00014075113
 13 Dados: 2024.07.29 21:00:32
 -03'00'

Credibile Soluções Contábeis e Emp. SS Ltda.
 CRC/GO 001605/O
 Edson Júnior da Silva
 Contador Responsável
 GO-021788/O-7



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa LAGO AZUL TRANSMISSAO S.A. consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
01914954769	
03932326628	
46787992149	
97775673168	